

ELEMENTOS QUE DEVEM ACOMPANHAR O PEDIDO

Assinalar no quadrado em branco os elementos apresentados com o requerimento.

Extratos das plantas de ordenamento, zonamento e de implantação dos planos municipais de ordenamento do território vigentes, das plantas de condicionantes, da planta síntese de loteamento se existir, e planta à escala 1/2000 ou superior, com o terreno objeto da intervenção corretamente delimitado

Documentos comprovativos da qualidade de titular de qualquer direito que confira a faculdade de subscrição do pedido:

Documento comprovativo das Finanças que titule a aquisição de bens imóveis

Documento comprovativo da titularidade do terreno onde pretende construir ou documento comprovativo da doação do mesmo (certidão de registo na Conservatória do Registo Predial)

Cópia da certidão das Finanças com a identificação de todos os prédios propriedade do requerente e/ou do cônjuge no concelho e nos concelhos limítrofes, acompanhada de extrato de carta na escala 1/25000 ou superior com a sua identificação

Documentos comprovativos da composição do agregado familiar e respetivos rendimentos:

Declaração comprovativa da composição do Agregado Familiar atestado pela Junta de Freguesia da área de residência

Declaração das entidades empregadoras comprovando os rendimentos líquidos do trabalho dos elementos do agregado familiar auferidos no ano civil anterior ou cópia da declaração de rendimentos (IRS) e demonstração de liquidação

Cópia de recibos de vencimento

Declaração dos Centros Distritais de Segurança Social, Centro Nacional de Pensões, Caixa Geral de Aposentações ou outras entidades, comprovando os montantes auferidos pelos elementos do agregado familiar a título de pensões, rendas e subsídios

Declaração de que não possui outros rendimentos não declarados

Outros elementos para efeitos de pedido de parecer ao ICNF (alínea c do n.º 3 do art.º 16.º da Lei n.º 76/2017, de 17 de agosto)

Memória descritiva da operação urbanística identificando, entre outros, o uso a que se destinam os edifícios que se incorporam na propriedade e cumprimento das disposições previstas na Lei n.º 76/2017 de 17 de agosto

Planta de localização (escala 1:10000), com indicação precisa do local onde se pretende executar a obra

Extrato da cartografia de risco na componente de perigosidade do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI), na mesma escala da planta de localização, com indicação precisa do local onde se pretende executar a obra;

Planta de implantação identificando:

- * a totalidade da propriedade, bem todos os edifícios (existentes, a construir ou a ampliar) e respetivos afastamentos às extremas
- * a ocupação dos terrenos confinantes, na extensão necessária à verificação dos pressupostos deste diploma
- * eventuais faixas de proteção integrantes da rede secundária ou primária, estabelecidas pelo PMDFCI, infraestruturas viárias ou planos de água

Descrição das medidas a adotar para a contenção de possíveis fontes de ignição de incêndios no edifício e nos respetivos acessos

SUGESTÃO

O presente requerimento deve ser autenticado através de assinatura digital do requerente. Caso este não possua meios para autenticar digitalmente este documento, deverá proceder à sua assinatura em papel, digitalizá-lo e inseri-lo no CD.

As falsas declarações ou informações prestadas no seu preenchimento, integram o crime de falsificação de documentos, nos termos do artigo 256.º do Código Penal.